

Título: Capacitação em Segurança Cibernética: Fortalecendo a PMPB no Combate aos Crimes Digitais e à Desinformação

Jimmy Felipe Gomes dos Santos, Edmar Candeia Gurjão

01-12-2024

Resumo:

A crescente digitalização da sociedade traz consigo novos desafios para a segurança pública, com o aumento de crimes cibernéticos e da disseminação de desinformação. Neste contexto, a capacitação em segurança cibernética torna-se crucial para as forças policiais. O presente artigo analisa a capacitação em Segurança Cibernética realizada pela Polícia Militar da Paraíba (PMPB) em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), descrevendo sua metodologia, conteúdo programático e resultados. A partir da análise dos dados da Consulta do CGI.br sobre regulação de plataformas digitais, o artigo discute como a capacitação contribui para o aprimoramento da atuação da PMPB no combate aos crimes digitais, na proteção da infraestrutura crítica e no enfrentamento da desinformação, alinhando-se com os eixos de vigilância, monitoramento, controle social e responsabilização das plataformas digitais. O estudo de caso da PMPB demonstra a importância da cooperação interinstitucional e da formação continuada para a segurança pública na era digital. (Máximo 250 palavras)

Palavras-chave: Segurança Cibernética, Polícia Militar, Crimes Digitais, Desinformação, Capacitação.

Conteúdo:

1. Introdução:

A crescente digitalização dos serviços que impactam a sociedade, impulsionada pela popularização da Internet e das plataformas digitais, trouxe consigo uma série de desafios para a segurança pública. Observa-se, em particular na Paraíba, um aumento expressivo de crimes cibernéticos como golpes, extorsão e sequestro de contas, demandando atenção e respostas eficazes por parte das forças de segurança pública, em especial da Polícia Militar que

normalmente está na linha de frente junto a população. A desinformação, propagada em larga escala pelas plataformas digitais, agrava ainda mais este cenário, fomentando a polarização social e colocando em risco a democracia. Diante desta realidade complexa, a capacitação em segurança cibernética torna-se crucial para preparar os policiais paraibanos a combater tanto os crimes físicos quanto os cibernéticos e a desinformação, atuando na prevenção, investigação e resposta a incidentes.

Este artigo analisa a capacitação realizada pela Polícia Militar da Paraíba (PMPB) em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), para contribuir para o aprimoramento da atuação policial frente a estes desafios, com foco na proteção da sociedade e no uso responsável das plataformas digitais. A análise da capacitação será realizada à luz das discussões sobre a regulação de plataformas digitais no Brasil, considerando as contribuições da sociedade colhidas na Consulta do CGI.br [REFERÊNCIA] e as implicações da futura legislação para a atuação da PMPB.

2. Referencial Teórico:

No cenário digital contemporâneo, a segurança cibernética assume papel crucial na proteção de pessoas, sistemas, redes e dados contra as crescentes ameaças digitais, visando garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. Os crimes digitais, que utilizam o ambiente virtual como instrumento ou alvo, englobam uma gama de ações ilícitas, como fraudes online, extorsão, sequestro de contas e disseminação de desinformação, e em última instância a vida. A desinformação, por sua vez, caracteriza-se pela disseminação deliberada de informações falsas ou enganosas, com o intuito de manipular a opinião pública e causar danos à sociedade. No Brasil, o debate sobre a regulação de plataformas digitais tem ganhado destaque, impulsionado pela consulta pública do CGI.br, que evidenciou a necessidade de um marco regulatório para o setor, com foco na responsabilização por conteúdo ilegal, proteção da privacidade e combate à desinformação. A legislação brasileira, embora ainda careça de um marco regulatório específico para plataformas digitais, conta com instrumentos como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, que contribuem para a proteção dos usuários e o combate aos crimes cibernéticos. O Projeto de Lei nº 2.630/2020 (PL das Fake

News) visa suprir essa lacuna, estando em discussão no Congresso Nacional.

3. Metodologia:

Visando capacitar policiais militares sobre segurança cibernética, a PMPB, em parceria com a UFCG, aplicou uma capacitação com o intuito de preparar os policiais para atuarem na prevenção e combate aos crimes digitais, fornecendo conhecimentos sobre tecnologias, modus operandi do atacante e do defensor, aprofundando a compreensão sobre a legislação relacionada e os desafios da desinformação online.

A capacitação, que teve como público-alvo 19 policiais militares atuantes em diversas áreas, incluindo o Estado Maior, Inteligência, Corregedoria, Administrativo, Serviço Regular de Rua e Trânsito, foi ministrada de forma híbrida, com encontros presenciais e a distância, todos de maneira síncrona, combinando aulas teóricas, atividades práticas em laboratório, estudos de caso, simulações de ataques e palestras com especialistas. O conteúdo programático, com duração de 60 horas-aula, abrangeu temas como noções básicas de segurança da informação, proteção de dados, segurança de redes, investigação de crimes cibernéticos e resposta a incidentes de segurança.

Durante a capacitação foram utilizados recursos didáticos desenvolvidos pela UFCG, composto de uma plataforma virtual que contém softwares específicos de segurança, plataformas online de aprendizagem, laboratórios de informática com equipamentos específicos e materiais didáticos impressos e digitais. A avaliação dos policiais, realizada por meio de provas práticas, trabalhos individuais e em grupo, participação em debates e apresentação de projetos, demonstrou que a maioria dos policiais obteve bons resultados, indicando o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades em segurança cibernética.

4. Resultados:

Capacitar policiais militares permite que esses profissionais estejam preparados para além de atender ocorrências no mundo físico as do mundo cibernético, pois deve-se observar que esses

profissionais são a primeira linha de defesa da população, e precisarão cada vez mais de conhecimentos para lidar com esse novo tipo de ocorrência, a luz de uma regulação que precisa estar constantemente sendo modificada, o tratamento dos dados pessoais e outras ações distintas das tradicionais.

Por outro lado, a capacitação realizada converge com as discussões da Consulta do CGI.br sobre a regulação de plataformas digitais, abordando temas como a necessidade de regulação, a proteção de dados pessoais e o combate à desinformação. Os policiais capacitados podem atuar como fiscais e consultores, auxiliando na aplicação da lei, na fiscalização das plataformas e na elaboração de novas regulações, contribuindo para um ambiente digital mais seguro e para a proteção dos cidadãos

Embora os resultados práticos da capacitação ainda não estejam totalmente mensuráveis, devido à sua recente implementação, a avaliação dos policiais participantes demonstrou que a maioria obteve bons resultados, indicando o desenvolvimento de habilidades em segurança cibernética. A capacitação contribui para a PMPB:

- **Combater crimes cibernéticos:** os policiais estão mais preparados para investigar fraudes online, crimes contra crianças e adolescentes, e outros delitos digitais.
- **Proteger a infraestrutura crítica:** a capacitação aumenta a capacidade da PMPB de proteger seus sistemas de comunicação, bancos de dados e outras infraestruturas essenciais contra ataques cibernéticos.
- **Enfrentar a desinformação:** os policiais podem identificar e combater fake news, auxiliando na proteção da sociedade contra a manipulação e a desinformação online.

A capacitação, alinhada com as demandas da sociedade expressas na Consulta do CGI.br, fortalece a atuação da PMPB na proteção dos cidadãos e no combate aos crimes cibernéticos.

5. Discussão:

A capacitação em segurança cibernética de policiais militares, com foco em crimes

digitais e desinformação, representa um passo crucial para a atuação da polícia em um cenário de crescente digitalização. A análise dos resultados, à luz do referencial teórico e dos dados da Consulta do CGI.br, demonstra a importância da capacitação para a PMPB no contexto da regulação de plataformas digitais.

A cooperação interinstitucional entre a PMPB e a UFCG demonstra a aproximação da academia com os serviços públicos, e possibilitou a troca de conhecimentos e experiências, fundamental para o desenvolvimento de soluções eficazes no combate aos crimes cibernéticos. A capacitação, alinhada com as demandas da sociedade expressas na Consulta do CGI.br, fortalece a atuação da PMPB na proteção dos cidadãos e no combate aos crimes digitais.

A PMPB, com a capacitação, está mais preparada para enfrentar os desafios da segurança pública na era digital, incluindo a investigação de crimes cibernéticos, a proteção da infraestrutura crítica e o combate à desinformação. A participação dos policiais em funções como fiscalização e consultoria, auxiliando na aplicação da lei, na fiscalização das plataformas e na elaboração de novas regulações, contribuirá para um ambiente digital mais seguro e para a proteção dos cidadãos.

O desenvolvimento de novas tecnologias e a crescente digitalização trazem desafios e perspectivas para a segurança pública, demandando constante aprimoramento e adaptação. A capacitação da PMPB demonstra o compromisso da instituição em se preparar para esse cenário, buscando proteger a sociedade e garantir a segurança no ambiente digital.

6. Conclusão:

A crescente digitalização da sociedade e o aumento das ameaças cibernéticas exigem que as forças policiais estejam preparadas para proteger os cidadãos e garantir a segurança no ambiente virtual. A capacitação em segurança cibernética, como a realizada pela PMPB em parceria com a UFCG, demonstra a importância do investimento na formação e no desenvolvimento de habilidades para o combate aos crimes digitais e à desinformação.

Este estudo de caso contribui para o debate sobre a regulação de plataformas digitais ao evidenciar a importância da atuação policial na fiscalização e aplicação da lei, e na proteção dos usuários. A capacitação da PMPB, alinhada com as demandas da sociedade expressas na Consulta do CGI.br, reforça a necessidade de um marco regulatório que assegure a responsabilização das plataformas, a proteção da privacidade e o combate à desinformação.

Sugere-se que futuras pesquisas investiguem o impacto da capacitação na efetividade da PMPB no combate aos crimes cibernéticos e na proteção da infraestrutura crítica, e que sejam realizadas novas capacitações, abrangendo diferentes áreas da segurança pública e aprofundando temas como a proteção de dados pessoais, a ética digital e a inteligência artificial.

A capacitação da PMPB representa um passo importante para a segurança pública na era digital, demonstrando o compromisso da instituição em proteger a sociedade e garantir a segurança no ambiente virtual. O investimento na formação e no desenvolvimento de habilidades em segurança cibernética é crucial para que as forças policiais estejam preparadas para os desafios do mundo digital e possam proteger os cidadãos de forma eficaz.

7. Referências:

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Sistematização das contribuições à consulta sobre regulação de plataformas digitais**. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2023.